

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000935-18.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Adjudicação - DIREITO CIVIL**
 Embargante: **Jzk Construções Ltda.**
 Embargado: **Aparecido Falaci e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Tratam-se de embargos à adjudicação opostos pela embargante JZK Construções Ltda., insurgindo-se contra a adjudicação levada a termo nos autos da ação de rescisão de contrato, ajuizada pelos embargados Aparecido Falaci e Elaine de Cássia de Nardo Falaci em seu desfavor.

Sustenta a embargante: a) excesso de execução; b) cerceamento de defesa ante à falta de intimação da embargante para ciência e apreciação dos cálculos apresentados pela embargada às folhas 397, uma vez que não observam os parâmetros adotados na sentença; c) erro na avaliação por falta de critério de atualização do valor do imóvel penhorado; d) cerceamento de defesa pela não apreciação do requerimento de audiência conciliatória, conforme pleiteado às folhas 367; e) não acolhimento de Súmula do STJ e disposição legal prevista no artigo 236 do CPC, conforme decisão proferida às folhas 374/375; f) decisão entendendo ter-se consumado a preclusão acerca da apreciação dos cálculos de liquidação; g) que embora a advogada tenha sido estabelecida às folhas 232, não teve publicações disponibilizadas em seu nome; h) que não foi dada ciência à embargante dos cálculos apresentados pela embargada às folhas 397; i) que os cálculos apresentados pela embargante às folhas 402/403 não foram apreciados, ocorrendo negativa na prestação jurisdicional; j) que há necessidade de atualização dos cálculos da contadoria de folhas 358/359.

Os embargos não foram recebidos no efeito suspensivo (folhas 437).

O embargado Aparecido Falaci, em impugnação de folhas 447/449, requer a rejeição dos embargos, alegando: a) que o valor da execução foi devidamente homologado pelo juízo (folhas 366), fixando o valor da dívida, em 28/02/2014, em 235.506,40, bem como o valor do imóvel em R\$ 120.000,00 para agosto de 2012; b) que a referida decisão foi disponibilizada no DJE de 30/07/2014, sendo a advogada da embargante devidamente intimada, não havendo que se falar em cerceamento de defesa.

Relatei. Decido.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a prova oral ou pericial.

De início, verifico que os números de folhas indicadas pela embargante em sua impugnação encontram-se totalmente equivocados em relação aos números reais constantes dos autos originários (0013240-76.2001.8.26.0566, nº ordem 1325/2001).

Outrossim, importante consignar que os presentes embargos foram opostos na vigência do Código de Processo Civil de 1973.

Segundo dispunha o artigo 746 daquele diploma, *“é lícito a executado, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da adjudicação, alienação ou arrematação, oferecer embargos fundados em nulidade da execução, ou em causa extintiva da obrigação, desde que superveniente à penhora, aplicando-se, no que couber, o disposto nesta Capítulo.”*

Todavia, os argumentos postos pela embargante, relativos à falta de intimação para se manifestar sobre os cálculos de liquidação apresentados pelo embargado, não se referem a fatos supervenientes à penhora, encontrando-se a matéria preclusa.

Entretanto, apenas para que não se continue a alegar cerceamento de defesa por falta de intimação, efetuei consulta nesta data junto ao DJE e verifiquei que, ao contrário do que aduz a embargante, sua atual procuradora, Dra. Liliam Cristina Ribeiro Milan, OAB/PR 21.345, constituída às folhas 244 do autos originários, foi devidamente intimada de todos os atos processuais por meio de publicações junto ao DJE a partir de seu substabelecimento.

Assim, não há falar-se em cerceamento de defesa por falta de intimação da procuradora regularmente constituída pela embargante.

As demais questões foram devidamente apreciadas pelo juízo nos autos originários, sempre observando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa, tanto na fase de cognição, quanto na fase de cumprimento de sentença, sendo impertinente a insurgência por meio de embargos à adjudicação.

Não há excesso de execução como alegado pela impugnante, tendo este juízo homologado o cálculo da contadoria do juízo, contra o qual não houve qualquer impugnação da embargante no momento oportuno.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante do exposto, rejeito os embargos à adjudicação, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno a embargante no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da causa, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária desde a distribuição e juros de mora a partir do trânsito em julgado desta.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 01 de maio de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**